

A IMPOSIÇÃO DA MATERNIDADE: Narrativas sobre o empoderamento de mulheres contemporâneas

**Vanessa Aragão Ferreira,
UFMS/CPNV,
vaneagferreira@gmail.com**

**Telma Romilda Duarte Vaz,
UFMS/CPNV,
telma.vaz@ufms.br**

RESUMO

Este estudo é parte de uma pesquisa que tem como objetivo analisar as narrativas de professoras universitárias sobre a imposição social da maternidade e o empoderamento da mulher contemporânea. Para efeitos de análise, definimos três eixos principais: a família, o trabalho e a não-maternidade. A ideia é trazer para a discussão uma temática inviabilizada na sociedade e mesmo no campo acadêmico, mostrando os encontros e desafios da decisão pela não-maternidade em um mundo permeado pelo machismo estrutural e pelo ideal de família binária na qual o homem atua como o provedor e a mulher como a reprodutora e cuidadora da família. Trata-se de uma pesquisa em andamento, os resultados apresentados são parciais e limitam-se ao referencial estudado. A pesquisa proporciona uma reflexão importante a respeito das mulheres contemporâneas, suas lutas, escolhas e processo de empoderamento em busca da liberdade.

Palavras-chave: Maternidade; Empoderamento; Mulheres contemporâneas.

INTRODUÇÃO

Apresentamos neste estudo uma pesquisa em andamento, cujo objetivo é analisar as narrativas de professoras universitárias sobre a imposição social da maternidade e o empoderamento da mulher contemporânea a partir de três eixos de análise: a família, o trabalho e a não-maternidade. A ideia é trazer para a discussão uma temática inviabilizada na sociedade e mesmo no campo acadêmico, mostrando a potencialidade de mulheres que optam pela não-maternidade em um mundo permeado pelo machismo estrutural e pelo ideal de família tradicional, binária, onde o homem atua como o provedor e a mulher como a reprodutora e cuidadora da família.

A proposta do estudo, portanto, é perpassada pela questão da imposição social da maternidade sobre as mulheres. Ao falarmos sobre as mulheres, precisamos abordar também um pouco da trajetória e do contexto histórico sobre o que é ser mulher. Para isso, usaremos as dimensões: família, trabalho e maternidade, eixos centrais da nossa reflexão.

Não é uma novidade que as mulheres desde muito tempo atrás tenham vivido em um mundo cheio de proibições, punições e constrangimentos simplesmente pelo fato de terem nascido com o gênero feminino. Historicamente, a liberdade feminina tem sido alvo de dominação, de críticas ecoações. Ao longo da história a mulher precisou viver não para si, mas para os outros, para manter a identidade feminina que era colocada pela sociedade, estado e principalmente pela família, como modelo para que fossem “boas e dóceis mulheres”.

Na contemporaneidade, a mulher ainda se vê rodeada por expectativas e prescrições de toda ordem. Um exemplo nítido sobre isso é o fato de que uma mulher quando se desenvolve para a fase adulta da vida ter o peso de “ter que fazer”. Ter que gerar, ter que amamentar, ter que cuidar de uma casa sempre, ter que se casar, etc.

Estas cobranças decorrem de certo equívoco em atribuir às mulheres, em função dos aspectos biológicos que a tornam mãe, a responsabilidade quase que exclusiva de exercer a maternagem, produzindo identidades pré-fabricadas para o universo feminino. (LEMOS; KIND, 2017 p.3).

A história mostra que as mulheres são, em grande parte, induzidas pelo modelo social patriarcal a desejar aquilo que aprende a desejar e deixar de desejar aquilo que é de sua vontade. A biologia do corpo feminino é colocada como uma regra, que ultrapassa a liberdade de escolha da mulher, pois se uma mulher nasce com um útero, ela obrigatoriamente precisa gerar, se nasce com a delicadeza do corpo feminino, ela precisa trabalhar nas atividades domésticas ou fazer aquilo que lhe é mais prático.

Contudo apesar das imposições sociais e das dificuldades que essa divisão social opera na luta pela emancipação feminina, as mulheres abrem espaços importantes ao longo da história e recusam-se, cada vez mais, a submeter seu corpo e seus desejos, erguendo bandeiras contra preceitos e ideias arcaicas de subjugação de seus corpos e desejos, abrindo caminhos na luta em prol de seus direitos. A agenda antipatriarcal passa pela defesa de direitos de conduzir suas vidas de forma independente, de dispor de seus corpos de acordo com seus desejos. Sem dúvidas a agenda contra as violências e a supressão de direitos que marcam a história de lutas femininas ainda se fazem presentes no cotidiano das mulheres contemporâneas.

DESENVOLVIMENTO

De acordo com Simone de Beauvoir: “A mulher é uma matriz, um ovário; é uma fêmea e esta palavra basta para defini-la.” (BEAUVOIR, p.38). Com essa afirmação podemos entender que a partir da mulher, muitas coisas surgem, muitas coisas se transformam. Em seu livro: “*O segundo sexo*”, a autora faz várias comparações biologicamente falando, do corpo feminino com o corpo masculino. Ela argumenta que essas diferenças biológicas intrínsecas a natureza, diz respeito ao mundo em que as mulheres vivem. A dualidade dos sexos segundo ela, traduz-se por um conflito do qual pode-se compreender a imposição de superioridade de um dos sexos sobre o outro.

Os homens sempre foram muito diferentes das mulheres, não é à toa que existam tantas lutas das mulheres para conquistar o que os homens já haviam conquistado. Infelizmente, em muitos assuntos relacionados a feminilidade, e aqui em se tratando da não maternidade, é a mulher que muitas vezes não tem sua opinião respeitada.

É como se a decisão de engravidar não precisasse ser pensada pela mulher, pois é tido como natural que isso aconteça e que ela cumpra sua missão biológica. Assim, o que poderia ser uma escolha torna-se quase que uma “imposição”: ter que engravidar. (LE MOS; KIND, 2017 p.3).

Simone de Beauvoir nos chama a atenção para o fato de que a mulher sempre teve que se preocupar e se ocupar com coisas diferentes daquelas que lhe trouxesse empoderamento. A sociedade patriarcal ao impor que a mulher precisa sempre ter filhos, a deixa ocupada e dispersa, tornando-a um sujeito que simplesmente se contenta com sua realidade.

Esse argumento é melhor entendido ao se ler o livro de Michel Foucault: “*A história da sexualidade*”, especificamente no capítulo sobre “a incitação aos discursos.” O autor inicia o capítulo mostrando-nos como o sexo no século XVII era um assunto pouquíssimo abordado, eram poucas as pessoas que entendiam e conversavam abertamente sobre o assunto. Em uma época de grande censura falar sobre a sexualidade era considerado uma subversão. A partir do século XVIII, começam-se a produzir discursos sobre o sexo, e este passa a se tornar um assunto amplamente abordado, principalmente pela pastoral cristã da época, que controlava o comportamento sexual dos casais a partir das confissões que aconteciam anualmente na igreja.

O fato é que, como nos mostra Foucault, o sexo passou a se tornar uma questão política de interesse do estado e da igreja, pois o entendimento era de que um país quanto mais povoado fosse, mais rico e poderoso ele seria. “Futuro e fortuna não estão ligados somente ao número e à virtude dos cidadãos, não apenas às regras de casamentos e à

organização familiar, mas à maneira como cada qual usa seu sexo.” (FOUCAULT, 1988 p.23).

Era conveniente usar o sexo como objeto de análise, e alvo de intervenção. Manter as mulheres procriando e usufruindo do seu “dom da reprodução” por meio de uma pressão ideológica para suprir urgências de natureza econômicas e utilidades públicas era a receita ideal.

Firmino e Porchat (2017), nos lembram que o poder em Foucault está articulado intrinsecamente ao saber. Tudo aquilo que conhecemos, “as formas pela qual conhecemos e mesmo o sujeito que conhece são efeitos da implicação entre poder e saber e suas transformações históricas” (FIRMINO; PORCHAT, 2017, p. 53).

Para as autoras, assim como para Foucault (1988) não é possível analisar o sexo como objeto do conhecimento, como se fosse algo externo ou anterior ao poder. O sexo é produto da relação poder-saber e como tal pode ser compreendido a partir do conhecimento de seu caráter histórico e das relações implícitas que o concebem como alvo desse mesmo poder. Nesse sentido, para libertar-se a mulher precisa entender a sua sexualidade da mesma forma que precisa entender como o seu sexo é manipulado no mundo moderno.

É, portanto, nesse sentido que nosso trabalho se direciona, num esforço de reflexão importante sobre como a mulher tem experimentado novos papéis na sociedade atual e como isso tem mudado a forma de viver dimensões relevantes de sua vida em especial, a decisão pela não maternidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para efeitos de considerações finais, retomamos o objetivo deste estudo que apresenta parte de uma pesquisa cujo objetivo é analisar as narrativas de professoras universitárias sobre a imposição social da maternidade e o empoderamento da mulher contemporânea. Aqui limitamo-nos a parte teórica da pesquisa procurando refletir sobre os eixos família, trabalho e a não-maternidade. Como afirmamos, trata-se de um estudo em andamento e nossas conclusões são parciais, mostrando sobretudo a relevância da temática que, apesar dos avanços do mundo moderno, ainda tende a ser invisibilizadas, com poucos estudos que exploram o direito a não-maternidade.

Além do aprofundamento teórico nossa pesquisa pretende debruçar-se sobre a narrativa de quatro professoras universitárias que expressam o desejo de não ter filhos,

buscando compreender suas trajetórias de empoderamento a partir dos eixos família, trabalho e não- maternidade.

Apesar das mudanças e transformações do mundo contemporâneo nas estruturas sociais impulsionadas pelas lutas femininas que conduzem as mulheres a notáveis conquistas, superação de estereótipos e valores sobre os conceitos de família, maternidade e trabalho, as relações de dominação exercidas pelo ideal de produção (masculino) e de reprodução (feminino) ainda exercem influencias importantes na esfera da família, do trabalho, da sexualidade e dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

Contudo, a luta em prol da igualdade de direitos é contínua e ainda presente em nossa sociedade. Nesse sentido, nosso estudo espera contribuir para fomentar o debate e reflexões sobre a importância do respeito, da compreensão das diferentes não como forma excludentes ou limitadoras, mas como formas de existir e ser. Que as muitas formas que cada mulher escolhe viver ou pensar seja cada vez mais valorizado, pois a consciência da igualdade social só se realiza na consciência da pluralidade e do respeito.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 4.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

DANNER, F.; OLIVEIRA, N. A genealogia do poder em Michel Foucault. In: Mostra de pesquisa de pós-graduação 4., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2009. p.786-794.

FIRMINO, F. H; PORCHAT, P. **Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler:** apontamentos a partir de “problemas de gênero”. *Doxa: Rev. Bras. Psicol. Educ.*, Araraquara, v.19, n.1, p. 51-61, jan./jun. 2017. ISSN: 1413-2060 DOI: 10.30715/rbpe.v19.n1.2017.10819.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. 13.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

LEMOS, R; KIND, L. **Mulheres e maternidade: faces possíveis.** Estudos e pesquisa em psicologia. Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 840-859, 2017.